



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 7.820,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 734 159.40	
	A 1.ª série	Kz: 433 524.00	
	A 2.ª série	Kz: 226 980.00	
	A 3.ª série	Kz: 180 133.20	

### SUMÁRIO

#### Assembleia Nacional

**Resolução n.º 11/20:**

Aprova a substituição de membros na Comissão Provincial Eleitoral da Lunda-Norte.

**Resolução n.º 12/20:**

Aprova a substituição de membros nas Comissões Provinciais Eleitorais do Bié e do Huambo.

**Resolução n.º 13/20:**

Aprova a substituição de membros nas Comissões Municipais Eleitorais, do Andulo, de Catabola, do Chitembro, do Cuito e do Cunhinga, na Província do Bié.

#### Ministério das Finanças

**Decreto Executivo n.º 77/20:**

Aprova a instrução provisória que determina o critério de alteração do valor das propinas e emolumentos referentes aos serviços de educação e ensino privado e público-privado para o ano de 2020.

#### Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado

**Decreto Executivo n.º 78/20:**

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal do Buengas. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 79/20:**

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal do Bungo. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 80/20:**

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal do Cunhinga. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 81/20:**

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal do Cuilo. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 82/20:**

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal de Dange-Quitexe. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 83/20:**

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal do Belize. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 84/20:**

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal do Calai. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 85/20:**

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal do Cuangar. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 86/20:**

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal do Lôvua. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 87/20:**

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal do Pombo. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 88/20:**

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal do Dirico. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 89/20:**

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal do Lubalo. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

### ASSEMBLEIA NACIONAL

**Resolução n.º 11/20  
de 26 de Fevereiro**

Considerando que os Órgãos da Administração Eleitoral regem-se pelos princípios e normas estabelecidos pela Lei n.º 12/12, de 13 de Abril — Lei Orgânica sobre a Organização e o Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral;

1.º — Aprovar a substituição de membros, nas Comissões Municipais Eleitorais, seguintes na Província do Bié:

**1. Comissão Municipal Eleitoral do Andulo**

Carlos Eduardo Ngueve, membro da Comissão Municipal Eleitoral, por Elizabeth Natolo Barnabé, titular do Cartão de Eleitor n.º 1.523, Grupo 3.720;

Ernesto Saco, membro da Comissão Municipal Eleitoral, por Constantino José Fernandes Camolacongue, titular do Cartão de Eleitor n.º 786, Grupo 3.720;

Francisco Agostinho Cayunda, membro da Comissão Municipal Eleitoral, por Filipe Augusto Nandundo Gouveia, titular do Cartão de Eleitor n.º 1.466, Grupo 37.100.

**2. Comissão Municipal Eleitoral de Catabola**

Martins Chilandombe Avelino, membro da Comissão Municipal Eleitoral, por Eduardo Firmino Neto, titular do Cartão de Eleitor n.º 18.399, Grupo 60.477;

Joaquim Camalata, membro da Comissão Municipal Eleitoral, por Arminda Ngueve Eurico, titular do Cartão de Eleitor n.º 755, Grupo 60.477;

Figueiredo Saiombe Martinho, membro da Comissão Municipal Eleitoral, por Matias Domingos Pessela, titular do Cartão de Eleitor n.º 25.198, Grupo 3.770;

Benita Cuvala Guilherme, membro da Comissão Municipal Eleitoral, por Gertrudes Lúcia Henda Lourenço, titular do Cartão de Eleitor n.º 810, Grupo 60.477.

**3. Comissão Municipal Eleitoral do Chitembo**

Fernando Ndala Mutomba, membro da Comissão Municipal Eleitoral, por Laurindo Pedro Isaías, titular do Cartão de Eleitor n.º 38.493, Grupo 36.700;

João da Silva Chiovo, membro da Comissão Municipal Eleitoral, por Alexandre José Celestino, titular do Cartão de Eleitor n.º 120.177, Grupo 60.456;

Ana Mutango, membro da Comissão Municipal Eleitoral, por Sara Paula Direito, titular do Cartão de Eleitor n.º 3.121, Grupo 61.043.

**4. Comissão Municipal Eleitoral do Cuito**

Daniel Joaquim Miguel, membro da Comissão Municipal Eleitoral, por Bom Ano Paulino, titular do Cartão de Eleitor n.º 11.203, Grupo 60.465;

Marcolino Manuel, membro da Comissão Municipal Eleitoral, por António Daniel Valeriano, titular do Cartão de Eleitor n.º 54.397, Grupo 60.460;

Calvino Florindo Chingongo, membro da Comissão Municipal Eleitoral, por Gilberto Isaías Hóssi Chilombo Siassingui, titular do Cartão de Eleitor n.º 40.670, Grupo 3.690.

**5. Comissão Municipal Eleitoral do Cunhinga**

Paulino Tiago Sitchimuenho, membro da Comissão Municipal Eleitoral, por Bartolomeu Chiquelei Jamba Cawanga, titular do Cartão de Eleitor n.º 6.526, Grupo 3.760.

2.º — A presente Resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 24 de Janeiro de 2020.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Decreto Executivo n.º 77/20 de 26 de Fevereiro

Considerando que a definição do valor das propinas e dos emolumentos pelas instituições privadas e público-privadas está sujeita ao regime de preços vigiados, conforme estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 99.º da Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino;

Havendo necessidade de garantir o normal funcionamento do mercado do ensino, face às recentes alterações das variáveis macroeconómicas, enquanto decorre o processo de aprovação da regulamentação específica sobre as regras e procedimentos para a fixação e alteração dos valores dos referidos serviços;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, de acordo com o Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, que delega poderes aos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 31/18, de 7 de Fevereiro, a Ministra das Finanças, enquanto Autoridade de Preços, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º e da alínea c) do artigo 17.º, ambos do Decreto Presidencial n.º 206/11, de 29 de Julho, ouvidas as Ministras da Educação e do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, determina o seguinte:

#### ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovada a instrução provisória que determina o critério de alteração do valor das propinas e emolumentos referentes aos serviços de educação e ensino privado e público-privado para o Ano de 2020.

#### ARTIGO 2.º (Valor das propinas e emolumentos)

1. O ajustamento do valor das propinas e emolumentos referentes ao Ano Lectivo e Académico de 2020 de todas as Instituições Privadas e Público-Privadas de Ensino, enquadradas nos subsistemas e níveis de ensino previstos no artigo 17.º da Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, não deve ultrapassar o limite máximo de variação de 13% em relação ao valor correspondente praticado no ano de 2019.

2. O ajustamento dos valores das propinas e emolumentos acima do limite máximo estabelecido no número anterior carece de autorização expressa da Autoridade de Preços, mediante solicitação da instituição proponente acompanhada da estrutura de custos que justifica a alteração proposta.

**ARTIGO 3.º**  
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pela Ministra das Finanças.

**ARTIGO 4.º**  
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação e deve vigorar durante o Ano 2020.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Fevereiro de 2020.

A Ministra, *Vêra Daves de Sousa*.

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO E REFORMA DO ESTADO

### Decreto Executivo n.º 78/20 de 26 de Fevereiro

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 202/19, de 25 de Junho, regulamenta os princípios e as normas de organização e funcionamento dos órgãos da Administração Local do Estado, fixando as respectivas estruturas organizacionais, bem como os mecanismos de operacionalização dos entes Administrativos Municipais, de modo a permitir uma maior participação dos munícipes na gestão da coisa pública, maior racionalidade orgânico-funcional e de recursos humanos neles integrados;

Havendo necessidade de se adequar o regime de organização e de funcionamento dos órgãos e serviços da Administração Municipal do Buengas a luz do actual paradigma definido;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, em conjugação com o disposto no n.º 1 do artigo 129.º do Decreto Presidencial n.º 202/19, de 25 de Junho, determino:

**ARTIGO 1.º**  
(Aprovação)

É aprovado o Estatuto Orgânico da Administração Municipal do Buengas, anexo ao presente Decreto Executivo, que dele é parte integrante.

**ARTIGO 2.º**  
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Administração do Território e Reforma do Estado.

**ARTIGO 3.º**  
(Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**ARTIGO 4.º**  
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Dezembro de 2019.

O Ministro, *Adão Francisco Correia de Almeida*.

## ESTATUTO ORGÂNICO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO BUENGAS

### CAPÍTULO I

#### Definição, Natureza e Atribuições

**ARTIGO 1.º**  
(Natureza)

A Administração Municipal do Buengas é o órgão desconcentrado da Administração Local, que visa assegurar a realização de funções executivas do Estado no Município, com base em instrumentos e acções de orientação e promoção do desenvolvimento harmonioso e moderno do respectivo território, da sociedade e da economia, cabendo-lhe garantir a prestação dos serviços públicos necessários à segurança, bem-estar e progresso sustentado do Município.

**ARTIGO 2.º**  
(Atribuições e competências)

1. À Administração Municipal cabe, em geral, promover o desenvolvimento económico e social do Município, a qualidade de vida dos cidadãos, os serviços públicos básicos, como a educação, a saúde, a cultura, os desportos, a recreação e o turismo, o abastecimento de água e de energia, o saneamento básico e a gestão dos resíduos, bem como a rede rodoviária, a rede energética e a iluminação pública, a manutenção dos edifícios e a gestão das águas residuais, a educação cívica e comunitária dos munícipes, os serviços de assistência social, o estacionamento, o tráfego e os transportes públicos.

2. À Administração Municipal, no domínio do Planeamento, Orçamento e Finanças, incumbe:

- a) Apreciar e aprovar a proposta o orçamento do Município, nos termos da legislação em vigor;
- b) Apreciar e aprovar a proposta de Plano de Desenvolvimento do Município e remetê-lo ao Governo Provincial para integração no Plano de Desenvolvimento Provincial, nos termos da lei;
- c) Supervisionar e coordenar a arrecadação de recursos financeiros provenientes de impostos, taxas e de outras receitas devidas ao Estado, nos termos da lei;